



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GISE/DRE/DRPJ/SR/PF/MT

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES Nº 144896377-GTED/SELOG/SR/PF/MT

NUP Nº 08320.000627/2026-05

OBJETO: Fornecimento e instalação de coberturas de sombreamento (sombrite) para 14 vagas de estacionamento no GISE/MT.

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (**X**) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

O objeto da contratação enquadra-se como serviço de engenharia, conforme o art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133, de 2021. Consiste em uma atividade que demanda expertise de profissionais de engenharia para o dimensionamento estrutural (cargas de vento e fundações) e execução. Não implica em inovação do espaço físico natural ou alteração substancial das características originais do bem imóvel, mas configura intervenção técnica especializada que se integra ao ambiente para proporcionar utilidade específica, exigindo Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para sua execução.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (**X**) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

O serviço é classificado como comum de engenharia, conforme o art. 6º, inciso XXI, alínea 'a', da Lei nº 14.133, de 2021. Seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definíveis através de especificações usuais de mercado, permitindo a competição por Pregão Eletrônico. As especificações para a estrutura metálica e a tela de sombreamento, embora exijam conhecimento técnico para dimensionamento e instalação, seguem normas técnicas consolidadas (ABNT) e metodologias executivas padronizadas, não apresentando complexidade executiva ou alta heterogeneidade que demandaria avaliação técnica subjetiva (Serviço Especial).

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- () empreitada por preço unitário
- (**X**) empreitada por preço global
- () empreitada integral
- () contratação por tarefa
- () contratação integrada
- () contratação semi-integrada
- () fornecimento e prestação de serviço associado

Será adotado o regime de empreitada por preço global, conforme o art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021. O objeto possui um alto nível de precisão nas especificações e quantitativos (14 vagas de estacionamento), permitindo que o Termo de Referência forneça todos os elementos necessários para o total conhecimento do objeto e a elaboração de uma proposta de preço certo e total. Este regime otimiza a gestão contratual e transfere à contratada os riscos de variações de quantitativos dentro dos limites razoáveis. Tratando-se de objeto padronizado com quantitativos certos (número fixo de vagas), não há riscos de imprecisão que justifiquem o preço unitário.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico (☒) DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

O Projeto Básico, consubstanciado no Termo de Referência, Especificações Técnicas e Matriz de Riscos, definiu o escopo e os quantitativos com a precisão necessária para o regime de Preço Global. As diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU foram adotadas como parâmetro de gestão, conforme detalhado na **Matriz de Alocação de Riscos anexa ao TR**. Neste contexto, definiram-se como riscos ordinários do empreendimento (já remunerados no BDI) as variações de quantitativos de até 5% (cinco por cento) nos serviços e insumos, desde que não alterem a essência do objeto, garantindo a segurança jurídica da contratação.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte justificativa: **JUSTIFICATIVA:**

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, () RRT ou () TRT.

Em atendimento à Súmula 260 do TCU e à Lei 5.194/66, e ratificando a natureza de Serviço de Engenharia, foram emitidas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes à elaboração do Projeto Básico (Especificações Técnicas e Termo de Referência) e do Orçamento Estimativo, garantindo a autoria e a responsabilidade técnica pelos documentos que balizam o certame, conforme Nota Técnica nº 144027310.

A responsabilidade técnica integral pela execução do serviço e pela elaboração e compatibilização do projeto executivo com as normas vigentes é da empresa contratada, conforme o regime de Empreitada por Preço Global. Esta responsabilidade será formalizada e comprovada por meio da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) do profissional habilitado vinculado à contratada, conforme exigido no item de Qualificação Técnica do Termo de Referência.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () NÃO houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte justificativa: **JUSTIFICATIVA:**

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos NÃO foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte justificativa: **JUSTIFICATIVA:**

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

☒ FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

☐ FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

☐ FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, ☒ FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

☐ utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção):

☐ contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos):

☐ pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos)

☒ **pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

Adotou-se a **Pesquisa Direta com Fornecedores** (Art. 23, § 2º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021), consubstanciada em cotações de empresas especializadas do mercado local (ex: Só Toldos, R Fortes, Personal Toldos), conforme detalhado no Mapa Comparativo de Preços. Justifica-se a não utilização prioritária das tabelas oficiais (SINAPI/SICRO) pela inexistência de composições unitárias nesses sistemas que retratem fielmente o 'sombreador' como solução industrializada/proprietária (kit de prateleira). A decomposição em insumos básicos (aço, solda, hora-homem) resultaria em um orçamento artificial, enquanto a cotação da solução integral (fornecimento e instalação) reflete com maior precisão a realidade comercial e os preços praticados no mercado para este objeto específico.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

☐ foi/foram juntadas a(s) ☐ planilha(s) sintética(s) e a(s) ☐ planilha(s) analítica(s)

☒ NÃO foi/foram juntadas a(s) ☐ planilha(s) sintética(s) e a(s) ☐ planilha(s) analítica(s).

A elaboração de planilhas analíticas (decomposição de custos unitários de insumos e mão de obra) foi dispensada, fundamentada no art. 23, § 2º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 (Pesquisa Direta com Fornecedores).

O objeto da contratação configura **solução técnica industrializada** ('kit sombreador'), comercializada pelo mercado como produto acabado e instalado (escopo funcional por vaga), sob regime de Empreitada por Preço Global. A tentativa de segregar custos diretos (material/mão de obra) através de composições artificiais ou adaptadas do SINAPI distorceria a realidade comercial do produto e geraria um orçamento

fictício.

O controle de economicidade e a aceitabilidade do preço estão garantidos pela **Media de 06 (seis) cotações de mercado**, parâmetro que reflete o valor real da transação. O risco de sobrepreço ou inexequibilidade é mitigado pela exigência expressa no Termo de Referência de que a licitante vencedora apresente sua própria planilha detalhada na fase de aceitação da proposta (Art. 59, I, da Lei 14.133/2021)

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(☒) consta nos autos.

(☐) NÃO consta nos autos.

Em cumprimento à Súmula 260 do TCU e à Lei 5.194/66, **foi acostada aos autos a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** referente à elaboração do Orçamento Estimativo, validando a pesquisa de mercado e a metodologia adotada pelo profissional habilitado.

Na presente licitação:

(☐) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

(☒) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

O serviço a ser contratado refere-se a sistema construtivo proprietário/industrializado (kit de sombreamento), para o qual **não existem composições de custos unitários correspondentes nos bancos de dados oficiais (SINAPI/SICRO)** que contemplem a solução integral (fabricação + instalação). A utilização de insumos isolados da construção civil não reflete a especificidade técnica do objeto.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(☐) foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;

(☐) foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(☒) foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Diante da inexistência de referências nos sistemas oficiais (SINAPI/SICRO) para a solução integral de 'sombreadores' (sistema industrializado/proprietário), adotaram-se como **composições próprias** os valores unitários obtidos através da **Pesquisa Direta com Fornecedores** (Art. 23, § 2º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021).

A 'composição' de custo, neste caso, equivale ao preço de mercado da solução instalada (escopo fechado), uma vez que a segregação teórica em insumos básicos (aço, solda, hora-homem) não reflete a realidade comercial dos 'kits' pré-fabricados. A economicidade dessas composições próprias é atestada pela mediana das cotações e validada pela ART de Orçamento acostada aos autos.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (☒) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Embora a Administração tenha dispensado a juntada da planilha analítica de referência (dada a metodologia de pesquisa direta de mercado), a Contratada deverá apresentar em sua proposta o detalhamento dos custos diretos que demonstre a conformidade com as diretrizes de engenharia e a exequibilidade do valor ofertado.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

() observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

A segregação do custo de Administração Local na fase de planejamento restou prejudicada pela metodologia de orçamentação adotada (Pesquisa Direta de Mercado para solução industrializada/fechada), onde tais custos estão diluídos no preço final do produto instalado. Contudo, em cumprimento ao Acórdão nº 2.622/2013-TCU, caberá à Administração verificar, na planilha a ser apresentada pelo **licitante vencedor**, se os percentuais de Administração Local são compatíveis com o porte da obra e com os limites de mercado, glosando eventuais excessos injustificados na formação do BDI.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(**X**) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

O pagamento será realizado com base na conclusão de **etapas funcionais** (marcos de entrega/instalação) ou em etapa única, conforme definido no Cronograma Físico-Financeiro anexo. Tratando-se de obra de curta duração e escopo fechado, não haverá medição proporcional mensal de 'Administração Local' (pagamento por disponibilidade de equipe/tempo) dissociada da efetiva entrega do objeto físico. O custo de administração deve estar diluído nas parcelas de entrega do produto.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e () SERVIÇOS.

(**X**) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

A elaboração das Curvas ABC restou **PREJUDICADA** e tecnicamente **INÓCUA** para a fase interna deste certame. Em consonância com a dispensa das planilhas analíticas (Item 5), o orçamento baseou-se na cotação de uma **macrossolução única e indivisível** ('fornecimento e instalação de sombreador'), não havendo uma lista heterogênea de insumos que justifique a aplicação do método de Pareto (análise estatística de relevância).

A criação artificial de uma Curva ABC pela Administração exigiria a decomposição arbitrária de um 'kit' industrializado. O controle de materialidade será exercido no momento da avaliação da proposta da licitante vencedora, a quem caberá apresentar a planilha detalhada e a respectiva Curva ABC para fins de análise de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei nº 14.133/2021).

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos.

A análise e adoção de regime de desoneração tributária restaram **PREJUDICADAS** e tecnicamente **INAPLICÁVEIS** à fase de planejamento desta contratação.

- **Inviabilidade de Simulação:** Conforme detalhado no Item 5, a orçamentação baseou-se na **Pesquisa Direta com Fornecedores** para uma solução integral ('kit instalado'). Sem a decomposição analítica prévia dos custos de mão de obra direta (impossível de segregar no preço de mercado do produto industrializado), não há base de cálculo para simular o impacto da desoneração (CPRB) versus a tributação previdenciária padrão.
- **Preço de Mercado:** O preço de referência reflete a realidade comercial, onde coexistem empresas com diferentes regimes tributários (Simples, Lucro Presumido, Real).
- **Responsabilidade da Licitante:** A definição do regime tributário (Desonerado ou Não) é intrínseca à estratégia comercial da licitante. Caberá à vencedora apresentar sua proposta final com os encargos sociais adequados ao seu regime, comprovando a exequibilidade na planilha de custos exigida para a assinatura do contrato.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: () observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio:**

Administração central: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil.

Risco: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil.

Despesa financeira: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil.

Lucro: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil.

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:
JUSTIFICATIVA:

A definição prévia de percentuais detalhados para os itens do BDI restou **PREJUDICADA** pela metodologia de orçamentação adotada (Pesquisa Direta com Fornecedores para solução integral/industrializada).

Nesta modalidade, as despesas indiretas, riscos e lucro (BDI) são intrínsecos ao preço final de venda praticado pelo mercado para o produto instalado. A tentativa da Administração de arbitrar percentuais teóricos de 'Administração Central' ou 'Lucro' para um kit proprietário seria um exercício artificial desconectado da realidade comercial dos fornecedores.

Ressalta-se, contudo, que a verificação da adequação do BDI será realizada na **fase de aceitação da proposta**, cabendo à licitante vencedora apresentar sua composição detalhada para fins de análise de exequibilidade, observando-se, no que couber, os parâmetros de referência do Acórdão nº 2.622/2013-TCU.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (**X**) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa:**

A adoção de BDI reduzido para fornecimento de materiais restou **PREJUDICADA** e tecnicamente **INAPLICÁVEL** dada a metodologia de orçamentação utilizada (Pesquisa Direta com Fornecedores - Art. 23, § 2º, IV da Lei 14.133/21).

O objeto é comercializado pelo mercado como **solução integral e indivisível** ('kit sombreador instalado').

No preço de mercado obtido nas cotações, os custos de fornecimento (materiais), instalação (serviços) e as respectivas despesas indiretas (BDI) estão amalgamados. A tentativa de segregar artificialmente o custo dos materiais para aplicar uma taxa de BDI diferenciada (Súmula 253 do TCU) distorceria a realidade comercial do produto industrializado e resultaria em um orçamento fictício. O controle de economicidade é exercido sobre o valor global da solução final.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas: **JUSTIFICATIVA:**

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(**X**) FOI juntado aos autos.

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(**X**) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

Foi elaborado Cronograma Físico-Financeiro Estimativo simplificado, anexo ao Termo de Referência. Dada a natureza do objeto (fornecimento e instalação de bem industrializado), o cronograma define marcos de entrega funcionais (etapas ou parcela única de entrega integral), permitindo a medição vinculada ao adimplemento físico, conforme art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(**X**) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (**X**) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

Conforme detalhado na Nota Técnica nº 144027310, tratando-se de sistema construtivo industrializado ('kit sombreador'), cada fabricante possui soluções proprietárias de fixação e pré-fabricação. O Projeto Básico (TR + Layout + Especificações) define o desempenho e a locação. O detalhamento final (gabarito de furação, conexões específicas) deve ser desenvolvido pela Contratada para evitar direcionamento de marca, estando os custos de engenharia diluídos no valor global da proposta.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (**X**) CREA e/ou ao () CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Em acolhimento à recomendação jurídica e ratificando a classificação do objeto como Serviço Comum de Engenharia, exige-se o registro da Pessoa Jurídica no CREA (ou CAU, conforme o caso), em cumprimento à Lei nº 5.194/66 e Lei nº 6.839/80. A instalação de estruturas metálicas e fundações exige responsabilidade técnica não apenas do profissional, mas da empresa executora, assegurando que a atividade básica da licitante seja compatível com a engenharia e garantindo a validade da ART de execução.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

A comprovação de capacidade técnico-operacional será exigida para serviços similares, de fornecimento e instalação de coberturas de sombreamento ou estruturas metálicas leves, no quantitativo mínimo de 7 (sete) vagas ou 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) de área coberta similar. Será exigida, ainda, a comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços

(X) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de **instalação de coberturas de sombreamento ou estruturas metálicas leves**: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de **20%** dos quantitativos licitados;

A exigência de quantitativo mínimo (aproximadamente 20% do total) e de 1 (um) ano de experiência está em conformidade com a jurisprudência do TCU (que admite percentuais de até 50% ou 60%) e visa garantir que a licitante possua experiência e maturidade de mercado mínimas (art. 67, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), sem restringir a competitividade. O somatório de atestados é aceito para ambos os requisitos.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será **(X)** ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para o atingimento dos quantitativos mínimos. Esta medida, em conformidade com a jurisprudência do TCU, amplia a competitividade ao permitir que mais empresas demonstrem sua experiência. O objeto não apresenta uma complexidade técnica que justifique a vedação do somatório, pois a experiência cumulativa em várias instalações menores é equivalente à experiência em uma única instalação de maior porte para este tipo de serviço.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de **Engenheiro Civil ou Arquiteto**: serviços de **cálculo estrutural, projeto e execução de coberturas de sombreamento ou estruturas metálicas**;

Será exigida a comprovação da capacidade técnico-profissional de um Engenheiro Civil ou Arquiteto, que atuará como responsável técnico pelo projeto executivo e pela execução dos serviços. Esta exigência se justifica pela natureza do serviço, que demanda conhecimentos técnicos específicos em cálculo estrutural, dimensionamento de estruturas metálicas e métodos de fixação para garantir a segurança e a conformidade

da instalação.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa: **JUSTIFICATIVA:**

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de **Engenheiro Civil ou Arquiteto**: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de **[NÃO SE APLICA]** dos quantitativos licitados, para os serviços de **[NÃO SE APLICA]**;

Para a qualificação técnico-profissional, a comprovação da experiência do profissional nos serviços de "cálculo estrutural, projeto e execução de coberturas de sombreamento ou estruturas metálicas" é considerada suficiente. A exigência de quantitativos mínimos específicos para o profissional, neste caso, poderia restringir excessivamente a participação, sem adicionar um benefício significativo à segurança ou qualidade da contratação, pois a expertise técnica é mais relevante que o volume.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, (**X**) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Será exigida a indicação de aparelhamento e pessoal técnico qualificado. Isso inclui a disponibilidade de equipamentos de solda, ferramentas de corte e montagem, equipamentos de içamento e uma equipe especializada (serralheiros, montadores, instaladores) apta a realizar a fabricação e instalação da estrutura metálica e da tela sombrite com segurança e qualidade. Esta exigência garante que a contratada possua os meios operacionais necessários para o cumprimento do objeto.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (**X**) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (**X**) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte **justificativa** técnica:

A vistoria será facultativa, com a possibilidade de substituição por declaração de pleno conhecimento, em conformidade com o art. 42, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021, e item 4.1.5 do ETP. Esta abordagem visa fomentar a competitividade ao não impor um custo de deslocamento obrigatório a todos os licitantes. A declaração formal de pleno conhecimento transfere para a contratada o ônus de eventual desconhecimento das condições locais, garantindo a segurança jurídica da Administração.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (**X**) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

A subcontratação parcial será admitida até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, conforme item 4.5 do TR. Esta permissão visa ampliar a competitividade e flexibilidade do processo, permitindo que empresas especializadas em partes específicas do serviço (ex: transporte, fundação, serviços auxiliares) possam participar indiretamente. A subcontratação da fabricação da estrutura principal e da instalação do sombrite será vedada, mantendo o controle das parcelas mais relevantes com a contratada principal.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (**X**) CAPITAL MÍNIMO ou () PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de **10% por cento** sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Será exigido capital mínimo de 10% do valor estimado, de forma subsidiária, caso a licitante não apresente índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente superiores a 1 (um), conforme art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021 e Item 9.25 do TR.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

(☒) PERMITIDA a participação de consórcios.

A participação de consórcios será permitida, sem necessidade de justificativa específica, pois esta medida fomenta a competitividade e possibilita que empresas, individualmente, com menor porte ou capacidade, se unam para atender aos requisitos técnicos e financeiros da contratação, ampliando o universo de potenciais licitantes para o objeto em questão.

(☐) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (☒) VEDADA ou (☐) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Será vedada a participação de cooperativas, em consonância com a Súmula 281 do TCU e o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU. O objeto da contratação (serviço de engenharia de instalação de estruturas metálicas) exige uma relação de subordinação entre a empresa contratada e os trabalhadores que executarão o serviço, bem como o uso de equipamentos e a coordenação de equipes, o que é incompatível com a autonomia característica da relação cooperativista. A execução deste serviço pela forma como é usualmente realizada no mercado implica vínculo empregatício e não a atuação autônoma dos cooperados.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (☐) EXIGIDA ou (☒) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

A apresentação de garantia de execução contratual será dispensada, em conformidade com a faculdade prevista no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, e conforme detalhado no ETP (Seção 4.1.4) e TR (item 4.10). Esta decisão é fundamentada na natureza do objeto (serviço de engenharia de escopo definido com valor moderado), na modalidade de pagamento (etapa única após recebimento definitivo, minimizando o risco de desembolso antecipado), e na existência de robustos mecanismos de fiscalização técnica e administrativa. A dispensa visa aumentar a competitividade do certame, atraindo mais licitantes, sem comprometer a segurança da contratação, pois os riscos residuais são considerados aceitáveis e mitigados pelos demais controles contratuais e pelas penalidades previstas.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(☒) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial.

Conforme item 4.1.3 do TR, a contratada deverá observar as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e as Normas Brasileiras (NBR) pertinentes à gestão de resíduos sólidos. Será exigida a adoção de práticas que evitem o desperdício e a geração de resíduos sem reaproveitamento, e a escolha de materiais duráveis para minimizar futuras substituições.

(X) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

Os critérios de sustentabilidade estabelecidos, focados na gestão de resíduos e na durabilidade dos materiais, são considerados práticas usuais de boa engenharia e não representam barreiras significativas à participação de licitantes, preservando o caráter competitivo do certame.

(X) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

A instalação de sombreadores será realizada em uma área de estacionamento e o projeto executivo a ser elaborado pela contratada deverá considerar a não interferência com rotas acessíveis existentes ou a garantia de novas rotas, se a intervenção assim o exigir, em conformidade com as normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949/2009 e Lei n. 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a ABNT NBR 9050.

(X) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

A contratação está alinhada com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da SR/PF/MT, ao buscar soluções que protejam o patrimônio, prolonguem a vida útil de ativos e promovam a gestão eficiente de recursos, inclusive com a previsão de reuso de parte da estrutura dos sombreadores, conforme ETP.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa: **JUSTIFICATIVA:**

(assinado eletronicamente)
CLAUDIO ADOLFO LOPES MINEIRO
Agente de Polícia Federal - Mat. 14.479
GISE/DRE/DRPJ/SR/PF/MT

(assinado eletronicamente)
RICARDO RODRIGUES LIMA
Agente de Polícia Federal - Mat. 17.289
GISE/DRE/DRPJ/SR/PF/MT

(assinado eletronicamente)
LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA
Agente de Polícia Federal - Matrícula 14.746



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO ADOLFO LOPES MINEIRO**, **Agente de Polícia Federal**, em 27/02/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO RODRIGUES LIMA**, **Agente de Polícia Federal**, em 02/03/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA**, **Agente de Polícia Federal**, em 27/02/2026, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144896377&crc=E31E84FE.
Código verificador: **144896377** e Código CRC: **E31E84FE**.